

LUANDA E OS SEUS "MUCEQUES" PROBLEMAS DE GEOGRAFIA URBANA

ILÍDIO DO AMARAL

"Luanda é o microcosmos de Angola"
(EDUARDO DE AZEVEDO, *Terra da Esperança...* p. 154).

I

Numa área onde a ocupação humana e a valorização do território se caracterizam pela sua descontinuidade, onde não existem outras aglomerações importantes de povoamento (fig. 1), Luanda, com uma população que era de 475 328 habitantes em 1970, oferece um exemplo extremamente complexo e particular do fenómeno de expansão das cidades e dos seus reflexos — organização do espaço interno (aspectos formais) e relações externas (aspectos funcionais) — a que se têm de juntar as importantes modificações sobrevindas desde 1974 e, sobretudo, nestes primeiros anos como capital de um novo Estado independente da África.

Nascida em 1576 (onze anos depois do Rio de Janeiro), no morro sobre a baía e porto, logo foi dotada de órgãos de administração e fortaleza, de organização municipal, com uma população escassa e flutuante ocupada sobretudo no comércio e na exploração do interior: teria "cousa de quatro cientos vezinos" em 1621. Durante cerca de três séculos manteve-se como empório escravagista, muito ligada ao Brasil, porque para aí iam os escravos e

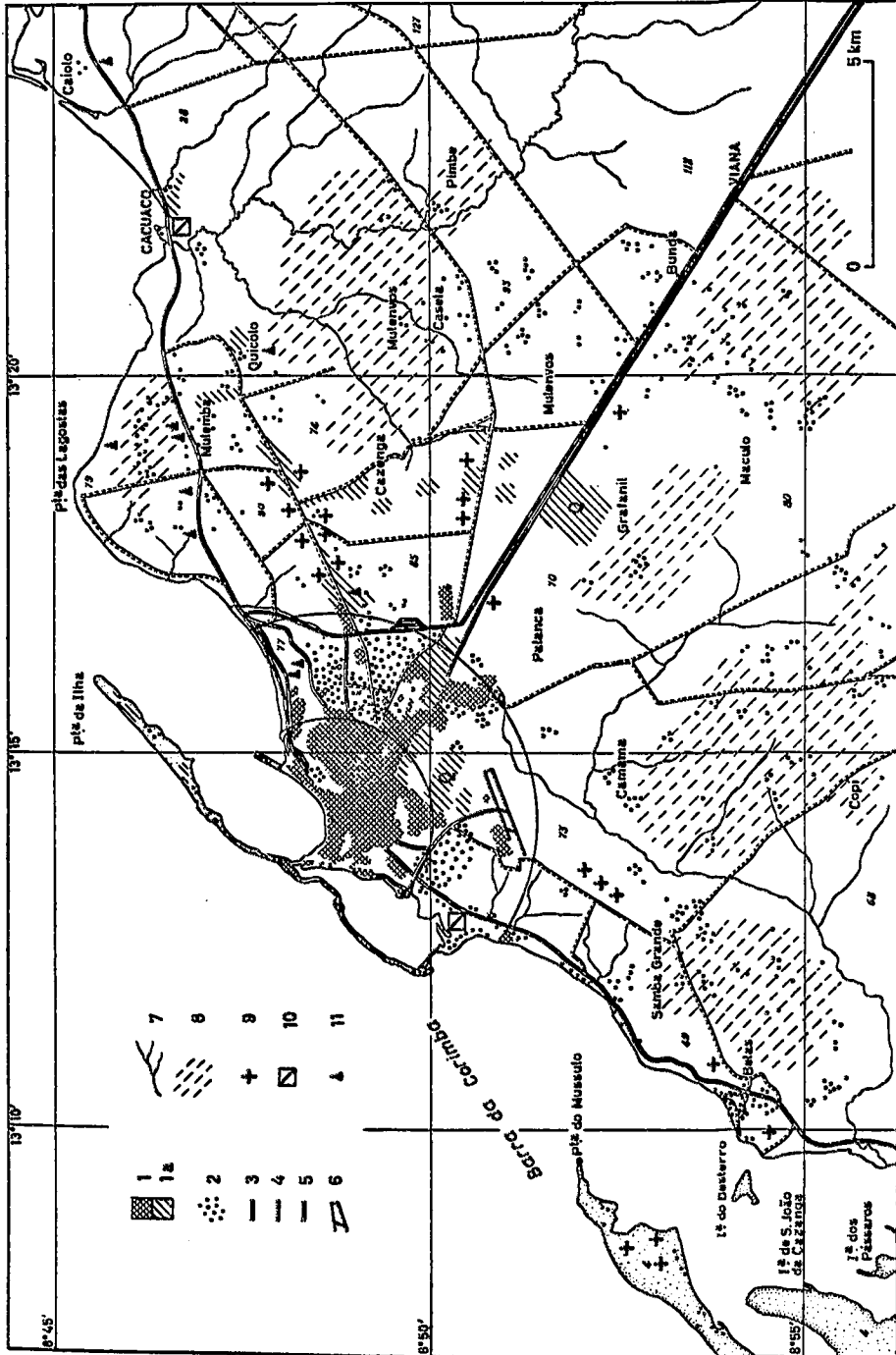


Fig. 1 — Luanda e os seus arredores.

1 e 1-a — Ocupação urbana densa e menos densa; 2 — mucunques e aglomerados de cubatas; 3 — estradas principais; 4 — estradas secundárias; 5 — linha férrea; 6 — aeródromo Craveiro Lopes; 7 — valesiros; 8 — áreas de plantações de mandioca, milho, feijão, etc.; 9 — hortas e pomares; 10 — salinas; 11 — estabelecimentos industriais fora do núcleo urbano; Q — Aquartelamentos militares.

porque através dele a Metrópole governava os interesses que detinha no território angolano. A independência do Brasil (1822) e a abolição do tráfico negreiro (ordenada em 1836, todavia o comércio prosseguiria até mais tarde), vibraram um rude golpe na economia da colónia e na vida da cidade, referida por muitos como a "cidade mais pobre do mundo" pelos aspectos de abandono e ruína que imperavam por toda a parte. Mas, ao mesmo tempo, aqueles acontecimentos foram os geradores de uma melhoria da política de ocupação e colonização do território, da fixação de moradores em Luanda, do descobrimento de actividades urbanas do comércio, do artesanato e dos serviços.

Luanda colonial dos fins do século XIX, de pequena população (11 172 hab. em 1881; cerca de 28 000 em 1898) e fraco movimento do porto, era uma cidade adaptada ao sítio. Com as suas ladeiras que desciam do planalto para a praia, as casas tradicionais de adobe e de pau-a-pique, os sobrados e igrejinhas barrocas da Cidade Alta e da Cidade Baixa, tinha um certo equilíbrio morfológico e funcional. Nas duas últimas décadas do mesmo século conheceu uma benéfica agitação económica e social que a sobressaltou do marasmo em que vivia mergulhada. Todavia, foi de curta duração, pois retornaria ao estado hibernante até aos anos finais da 2.^a Guerra Mundial. Depois disso, abrir-se-ia então o caminho do desenvolvimento explosivo que marcou a sua história recente; a população passaria de 50 588 habitantes em 1930 para 475 328 em 1970 (¹).

O surto que marcou e acelerou o seu crescimento deu-lhe, também, uma aparência física insólita e banal, e as deficiências comuns a outras cidades: os edifícios muito altos, que geralmente constituem o orgulho dos centros urbanos actuais; o desaparecimento dos espaços verdes e desfeamento dos sítios; o adensamento da população por via de uma imigração excessiva: a insuficiência manifesta dos equipamentos colectivos sociais e económicos; a subida constante do custo de vida; os preços elevados dos terrenos e o congestionamento do trânsito automóvel; a localização nem sempre adequada dos órgãos das actividades económicas; a existência de uma elite pouco numerosa e de uma massa volumosa de trabalhadores inqualificados, de fraquíssimo poder de compra; a

predominância do centro histórico da Baixa como o da concentração de actividades e a ausência de outros pólos tão importantes de descentralização; o carácter doentio, não acompanhado, da ampliação do espaço urbano; e muitas outras.

Como já indicámos, em quarenta anos a população decuplicou e esse crescimento deveu-se, em particular, ao fluxo de imigrantes, não só do exterior, nomeadamente do que era então a Metrópole, mas sobretudo do mundo rural angolano, atraídos pelo sortilégio da expansão das actividades urbanas. Porém, embora estas pudessem ser favorecidas por tal disponibilidade de mão-de-obra abundante e barata, ainda que inqualificada, jamais teriam condições para absorver uma boa parte desse aumento explosivo da população em idade de trabalhar; de modo algum podiam compensar os desequilíbrios entre a subida do custo de vida e a dos salários, esta muito mais lenta em comparação com aquela. Daí o alastramento da faixa periférica dos bairros de miséria, dos *muceques* que rodeiam a cidade urbanizada, a intensificação dos problemas de alojamento e as dificuldades da realização de medidas adequadas de planeamento urbano.

Quem sobrevoar a cidade quadricentenária, ou observar a sua planta, desde logo ficará impressionado pelo contraste entre uma área urbanizada, de ruas traçadas regularmente e casas ordenadas, onde se multiplicam os sinais da modernização, a *cidade*, e a vasta auréola que a rodeia, notável pela ausência de qualquer organização urbanística, antes marcada pelas aglomerações caóticas de cubatas dos *muceques* (fig. 1). Esta palavra (também grafada como *musseque*), que em quimbundo designa um terreno arenoso, em Luanda foi dada às terras vermelhas do planalto e, por extensão, aos aglomerados pobres que aí se instalaram e desenvolvem progressivamente.

O processo de crescimento urbano decorreu de uma maneira de tal modo vertiginosa e desordenada, que a acumulação de problemas de organização urbana sempre preteriu a capacidade da aplicação de medidas (sobretudo as audaciosas e enérgicas) para se dotar Luanda de um plano de urbanização à escala das suas realidades actuais e necessidades futuras, com a maleabilidade suficiente para se adaptar a certas situações transitórias.

Mas, para além dos aspectos gerais da organização do seu espaço interno e da vizinhança próxima, também é importante

considerar que a cidade sempre viveu em relação com um quadro geográfico muito vasto. Fundada num local do litoral semiárido (400 mm de precipitação, com chuvas concentradas em 3 meses) e de povoamento muito escasso, longe de recursos alimentares e de água, apesar de tudo, a partir do centro administrativo e militar, à entrada do sertão, se foi gerando a rede frouxa das campanhas militares, das missões religiosas e da exploração comercial do território cujos limites, sempre difíceis de definir, foram dilatados para leste até ultrapassar Malanje (distante, em linha recta, quase 400 km), para norte até ao Zaire e para sul até ao Reino de Benguela.

Se pensarmos em região urbana como a área onde é exercida a acção preponderante de um centro urbano, marcada por um complexo de relações e de interesses variados, e limitada pelo lugar geométrico dos pontos em que aquela acção entra em confronto com a de centros vizinhos, temos de concluir que Luanda não a possui. Ela aparece isolada, sem sequer uma faixa rural circundante, com a qual mantenha relações diárias e frequentes (fig. 1). Apenas algumas hortas e pomares, sobretudo de europeus, alguns aglomerados africanos com as suas lavras de produtos para a subsistência das suas populações, marcavam diferentemente a paisagem semiárida. Os pontos que poderiam gerar ou alimentar forças de desenvolvimento regional são demasiado insignificantes: o Cacuaco, a 16 km, não passa de um minúsculo aglomerado do litoral, com salinas e escassos estabelecimentos industriais; Catete, a 60 km, para o interior, é um pequeno aglomerado no centro da região algodoeira do mesmo nome; Bom Jesus, quando muito será um diminuto porto fluvial na margem direita do Cuanza. Demasiado recente foi a criação de Viana, na estrada de Catete, para dela se avaliar a importância regional. Assim, em torno de Luanda, nada sugere a existência de pontos de polarização económica, favoráveis à descentralização de actividades urbanas.

Em contrapartida, as influências de Luanda propagam-se até muito longe por força da sua qualidade de capital de vasto território e cidade preeminente, onde se concentram os órgãos superiores do Governo e da administração, da finança e da economia, da política e da cultura, etc. Em 1970, a segunda cidade angolana, Nova Lisboa (actualmente Huambo), apenas tinha 61 885 habitantes e a terceira, Lobito, contava 59 528; em todas as outras os valores

estavam abaixo de 40 000 habitantes, salvo Benguela com 40 996. Assim, Luanda, cidade dinâmica, de crescimento explosivo, não tendo gerado uma região urbana próxima, todavia sujeitou à sua dependência uma vasta área, o que lhe dá, sem dúvida, um dos seus traços mais originais e delicados, de marcada singularidade no quadro geral da gênese e evolução das cidades coloniais.

Ao prepararmos este texto sobre alguns aspectos da evolução demográfica de Luanda, sobretudo dos seus *muceques*, sabíamos da dificuldade de obtenção de informações estatísticas posteriores a 1970, ano em que foi feito o último recenseamento. Tendo-se alterado os processos da evolução urbana, por força dos acontecimentos desencadeados em Lisboa, pela revolução de 25 de Abril de 1974, seguidos, pouco mais de um ano depois, pela independência de Angola, todavia subsistem muitos problemas urbanos que sempre caracterizaram a cidade, porventura agravados pelo cortejo de factos normalmente ligados a uma fase de transição de regimes político e social. Gostaríamos que o texto, sendo a revisão de aspectos mais importantes de um passado próximo, pudesse ser tomado também como um documento para ter em conta em momento de reflexão sobre a situação actual e as possíveis condições do futuro de uma das mais importantes cidades da África Ocidental ao sul do Sara. A maioria dos materiais utilizados foram extraídos de *Luanda. Estudo de Geografia Urbana*, que publicámos em 1968, de *A Família dos Musseques de Luanda. Subsídios para o seu estudo*, 1973, da autoria de RAMIRO LADEIRO MONTEIRO, e de *La Colonie du Minotaure. Nationalismes et révoltes en Angola (1926-1961)*, 1978, de RENÉ PÉLISSIER. Outras fontes de importância diversa ofereceram algumas contribuições. As estampas que acompanham o artigo constituem boas imagens e exemplos.

Quase poderemos afirmar que os *muceques*, como bairros de miséria e transição, nasceram logo após a criação da cidade, primeiro sob a forma de quintais onde os traficantes de escravos acumulavam as suas "peças" para exportação, depois como aglomerados de cubatas, nos Coqueiros, no Bungo, nas Ingombotas, nas Maiangas, habitadas por africanos escravos e libertos. Em finais do século passado, por volta de 1898, de uma população urbana de 28 170 habitantes, 6 676 estavam naquelas condições. À medida que a cidade foi progredindo, que ultrapassou o perímetro atrofiado e se expandiu, os *muceques* passaram a ser excluídos da

área central, empurrados para o planalto sem obstáculos e sobre ele deslocados por força de cada avanço da frente urbanizante. Assim, situam-se cada vez mais longe do centro urbano e são constantemente ampliados pela chegada de novos imigrantes; coalescem e formam a auréola que marca a passagem da área urbana para o *hinterland* pobre, onde raream as formas de povoamento com alguma importância. Os *muceques* continuam a ser e serão sempre um dos problemas mais importantes de Luanda; constituem um bom exercício de reflexão sobre os “bairros de miséria” que rodeiam as cidades dos países subdesenvolvidos (e não só, pois também os há em países desenvolvidos).

II

A leitura das estatísticas sobre a população da cidade dá uma boa imagem do carácter “explosivo” do seu crescimento, particularmente evidenciado na passagem de 1940 para 1950 (Quadro I), década em que se produziram factos importantes. Dentre eles enumeramos alguns, pela importância dos seus reflexos: o início de uma política de investimentos financeiros reprodutivos; o empenhamento da instalação de colonos brancos no mundo rural (a Cela recebeu as primeiras famílias em 1952); a corrida às plantações de café, de sisal e de outros produtos tropicais cujas cotações alcançavam valores elevados no mercado internacional; a intensificação da exploração mineira (cobre, manganês, ferro, etc); a abertura de novas instalações portuárias em Luanda, com cais acostável e equipamentos modernos; os progressos operados no comércio e o apare-

QUADRO I

Evolução da população de Luanda segundo os recenseamentos decenais de 1930 a 1970

Anos	Branços		Não-Branços		Totais
		%		%	
1930	6 008	11,8	44 580	88,2	50 588
1940	8 944	14,7	52 084	85,3	61 028
1950	20 710	14,6	120 937	85,4	141 647
1960	55 567	24,7	168 973	75,3	224 540
1970	124 400	26,7	350 928	73,3	475 328

cimento de um grande número de estabelecimentos industriais diversificados: o aproveitamento de potenciais hidroeléctricos (Mabubas e Cambambe); a modernização dos transportes e abertura de estradas, que permitiram aproximar ainda mais os vários pontos do território; e tantos outros. Luanda tornou-se uma cidade mágica quer para os imigrantes de fora, quer sobretudo do mundo rural de Angola. Muito embora só indirectamente tenham tido relação com o crescimento da cidade, acrescentamos mais dois factores. O primeiro, tirado das estatísticas do número total de pessoas embarcadas no que era a Metrópole e das destinadas a Angola: em 1937-1940, foram 5781 e 2723 respectivamente; em 1945-1950, de 13 481 indivíduos, 6875 destinaram-se a Angola; em 1950-1955 os números subiram a 22 763 e 14 700; e em 1958 totalizaram 31 673 e 18 896, respectivamente. O segundo, mais de tipo económico, pode ser exemplificado com os saldos positivos do comércio externo, em milhões de escudos, entre 1970 e 1974 (Quadro II).

QUADRO II

Importações e exportações angolanas de 1970 a 1974

	1970	1971	1972	1973	1974
Importações	10 594,7	12 127,6	10 728,2	13 268,9	15 836,0
Exportações	12 172,2	12 147,1	13 923,3	19 158,3	30 996,0

Cidade de 224 540 habitantes em finais de 1960 (num país tão grande, com uma área de 1 246 700 km², mas escassamente povoado por 4 830 499 indivíduos). Luanda oferecia uma imagem que era pouco vulgar nas suas congéneres de outros territórios africanos ao Sul do Sara antes das independências. Apesar de uma nítida concentração da população branca na sua parte mais antiga (Cidade Alta e Cidade Baixa) e à volta dela, não havia segregação imposta por lei ou por qualquer autoridade. Ela existia, é um facto, mas por força das diferentes capacidades económicas dos seus habitantes, dos quais os africanos, pretos e mestiços, constituíam a maioria dos menos afortunados.

Dividida administrativamente em três *bairros*, as informações contidas no Quadro III e na fig. 2 sublinham, ainda que sejam

QUADRO III

Distribuição da população de Luanda no espaço urbano, em 1960

Bairros	Brancos	Mestiços	Pretos	Outros	Totais	%
1.º bairro	26 171	4 883	11 407	37	42 498	18,9
2.º "	18 473	6 673	115 475	12	140 633	62,6
3.º "	10 923	2 037	28 443	6	41 409	18,5
Totais	55 567	13 593	155 325	55	224 540	
Percentagens	24,7	6,1	69,2	—	100,0	100,0

demonstração que se poderá dizer relativamente vaga, a imbricação dos grupos somáticos dentro de cada uma daquelas áreas administrativas. O primeiro bairro, que não tinha mais de cerca de 19% da população urbana, abrigava quase 47% dos brancos; no seu interior apenas restavam alguns pequenos núcleos residuais de *muceques*, como, por exemplo, no Bairro Operário e na Boa Vista. Implantada em África, a cidade "embranquecia" mais rapidamente do que se "africanizava", tendo em conta a notável progressão da parte branca: em 1930 havia 7,4 pretos e mestiços por cada branco, em 1940 e 1950 a relação já era de 5,8:1, em 1960 de 3,6:1 e em 1970, como veremos, de 2,8:1! No segundo bairro (63% da população de Luanda) estava a maioria da população negra (e também da mestiça) e o maior dos *muceques*. O terceiro bairro (18% da população urbana), tinha mais ou menos 1/4 dos brancos. O Quadro IV e as pirâmidas da fig. 3 resumem a distribuição por sexos e por classes de idade em 1960. Do total da população 58%

QUADRO IV

Distribuição por sexos em 1960

Grupos	Homens		Mulheres		Excedentes ou défices masculinos
		%		%	
Brancos	30 432	23,5	25 135	26,4	+ 5 297
Mestiços	6 401	4,9	7 192	7,6	— 791
Pretos	92 572	71,5	62 753	66,0	+ 29 819
Outros	43	—	12	—	+ 31
Totais	129 448	100,0	95 092	100,0	—

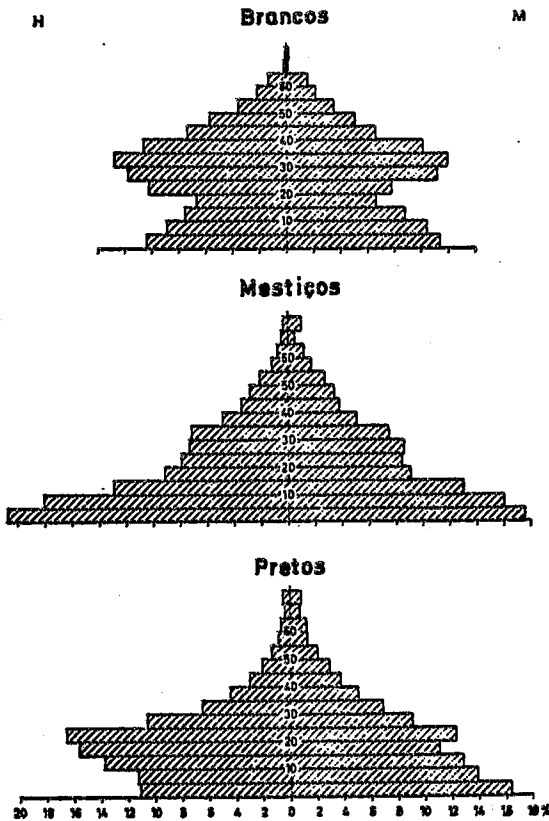


Fig. 3 — Pirâmides de idades dos três grupos, em 1960.

eram do sexo masculino (136 homens para cada 100 mulheres), ainda como consequência do número mais elevado de imigrantes desse sexo. Daí igualmente a dilatação das classes masculinas dos 20 aos 35 anos, sobre as classes de idades inferiores. No conjunto da população, cerca de 80% tinha menos de 35 anos. As maiores percentagens dos 15 aos 59, superiores às dos menores de 15 anos, não representavam variações negativas mas, mais uma vez, a importância do tipo de imigração urbana. Não esqueçamos que apenas 22% da população branca residente em Luanda nascera em Angola e cerca de 57% dos africanos não tinham nascido na cidade (Quadro V). A comunidade branca era quase exclusivamente de origem portuguesa, como mostram os números. O mesmo sucedia em relação a todo o território angolano. Os imigrantes residentes na cidade

QUADRO V

Origens da população de Luanda, em 1960

Origens	Brancos	Mestiços	Pretos	Outros	Totais	
Considerados portugueses						%
Nascidos em Angola	12 064	12 348	154 929	18	179 359	80
" em Portugal e Ilhas Adjac.	42 071	237	22	5	42 335	19
" noutros territ. sob adm. port.	554	962	309	32	1 857	0,7
" no Estrangeiro	291	28	11		330	0,1
Estrangeiros	587	18	54		659	0,2
Totais	55 567	13 593	155 325	55	224 540	100,0

provinham sobretudo das grandes cidades de Lisboa e Porto, sendo também importantes as percentagens de rurais nortenhos (Quadro VI).

Dos 42 335 indivíduos nascidos em Portugal e Ilhas Adjacentes, 41% tinham menos de 4 anos de presença em Angola, 30% de 5 a 9 anos, e 13% de 10 a 14 anos. Assim eram imigrantes recentes, muitos deles pobres, que apenas nos *muçequês* encontravam condições favoráveis de vida. Todavia, aos brancos, a cor permitia-lhes

QUADRO VI

População considerada portuguesa nascida em Portugal e Ilhas Adjacentes, por distrito e ordem de importância na origem do povoamento branco de Angola e Luanda.

Origem dita metropolitana (brancos, mestiços e pretos)	Escalonamento dos distritos metropolitanos na origem do povoamento de			
	Angola		Luanda	
Porto	12 776	1	6 342	1
Lisboa	12 279	2	5 926	2
Guarda	10 234	3	2 639	5
Viseu	9 745	4	3 226	4
Aveiro	9 221	5	3 311	3
Bragança	8 875	6	2 244	7
Vila Real	7 724	7	2 526	6
	70 854	—	26 214	—
Outros	47 494	—	16 121	—
	118 348	—	42 335	—

obter um certo tratamento mais privilegiado que os outros. Luanda era um lugar de esperança para a maioria deles, preferível ao desconhecido e longínquo, representado pelo interior do território.

Segundo um recenseamento de 1956, feito nos *muceques* Mota, Lixeira, Sambas, Ilha do Cabo, Belas, Teba e Prenda, em 10 572 fogos, isto é, sobre 27 288 pessoas, 24 102 deles eram consideradas como *indígenas* e 1613 como *assimilados*, 773 cabo-verdianos e 800 europeus. Os brancos correspondiam então a cerca de 6,5% da população desses *muceques*. Valor idêntico encontramos 8 anos mais tarde, ao estudarmos amostragens de 8 *muceques* — Coreia do Norte, Samba Pequena, Prenda, Catambor, Bananeira, Sambizanga, Mota e Lixeira (Quadro VII).

QUADRO VII

Origens dos habitantes de oito Muceques de Luanda, em 1964

Origens	Número de pessoas		%
Portugal	776		
Ilhas Adjacentes	11	787	5,9
Brasil		3	
Territórios sob administração portuguesa		336	2,5
Angola — Luanda	4 742		35,2
Restante	7 587	12 329	56,4
	—	13 455	100,0

Os distritos de Portugal com maiores contingentes eram ainda os do Norte, isto é, Porto, Viseu, Aveiro, Vila Real, Braga, Bragança, Guarda, como veremos mais adiante.

Em finais de 1960 foram recenseados 13 593 mestiços, o que correspondia a 6,1% da população urbana. Em Luanda, que detinha 25% de todos os de Angola, eles consideravam-se na *sua* cidade, recordando os mais velhos as posições de certo relevo que os mestiços chegaram a ter em cargos da Administração e na vida cultural da "cidade crioula" dos finais do século XIX e princípios do actual. Depois disso, ficaram submergidos pelo vigor do crescimento dos outros dois grupos e a sentir-se deslocados, quer em relação a um, quer a outro. Em 1930 estiveram em paridade com os brancos (5557 e 6008 pessoas, respectivamente); todavia, trinta

anos mais tarde haveria um mestiço por cada 4 brancos. Os números dos quadros III e XI deixam imaginar um pouco da história da evolução demográfica da população mestiça de Luanda. Chegaram a compartilhar a Cidade antiga (1.º bairro) com os brancos; mas, a partir de certo momento, passaram a estar mais representados nos *muceques* (2.º e 3.º bairros). Em 1970 tendo sido registados 37 535, cerca de 38% vivia no 2.º bairro, 28% no 4.º bairro e 25,7% no 3.º; apenas 2879 indivíduos residiam no 1.º bairro. A complexidade da definição do que é "mestiço" e a insuficiência de elementos estatísticos não permitem ir mais longe na análise dessa minoria: quase 30% do número de brancos e 12% do número de pretos em 1970.

Dos 155 325 pretos que viviam em Luanda na altura do recenseamento de 1960, apenas 54 eram estrangeiros e 342 nascidos em Portugal e noutros territórios ultramarinos. Ainda era corrente a distinção entre *indígenas* e *assimilados*, de rigor duvidoso já que entre os primeiros existiam bastantes assimilados, aos quais R. PÉLISSIER chamaria, por isso, de "evoluídos clandestinos". Quanto aos verdadeiros *assimilados*, a cidade tinha naquela altura 14 177 indivíduos nascidos em Angola, isto é, 37% do total angolano. Essa concentração, que não havia noutra parte do território, explica-se pelo facto de, a partir do século XIX, uma boa parte da população negro-africana de Luanda se poder impregnar, lentamente, da cultura portuguesa. Capital religiosa (sobretudo católica), administrativa e económica, a cidade atrairia ainda os *assimilados* formados noutros centros, como Malanje, Benguela, Nova Lisboa, (Huambo), etc. Um luandense negro entre 11 era um *assimilado*, isto é, em termos concretos, alguém que podia ser funcionário, empregado ou trabalhador especializado, e também as mulheres e os filhos dos precedentes. O número de *assimilados* era sensivelmente igual ao de mestiços recenseados como tais. Em Luanda, "assimilado" não significava automaticamente membro da classe média. Em 1960 registaram-se 366 negros membros de profissões liberais, 54 directores e outros quadros superiores da administração pública e 276 empregados de escritório. Por razões económicas, a maior parte desses *assimilados*, não podendo alojar-se no 1.º bairro, vivia nos *muceques*.

Se retirarmos do conjunto de pretos nascidos em Angola (154 929) os *assimilados* (14 177), sobram 140 752 *indígenas* que

viviam em Luanda, particularmente na cintura de *muceques*. Pertencentes a vários grupos etnolinguísticos, todavia predominavam os Mbundu, seguidos dos Ovimbundu e dos Bakongo (Quadro VIII). Os primeiros eram quase seis vezes mais numerosos que todos os outros, o que não deve surpreender, pois Luanda pertence à sua área cultural e eram fáceis e frequentes as ligações rodoviárias e ferroviárias. As gentes do centro de Angola já não se aventuravam tanto, como os anteriores, até Luanda, como parece mostrar o número relativo aos Ovimbundu, ocupando o segundo lugar no Quadro VIII. Quanto aos Bakongo, sem dúvida distribuídos em áreas relativamente próximas de Luanda, diversos factores

QUADRO VIII

Grupos etnolinguísticos africanos em Luanda, 1960

Etnias	Totais	Etnias	Totais
Mbundu	119 722	Herero	129
Ovimbundu	12 216	Nhareca	121
Bakongo	7 673	Ovambo	25
Ganguela	496	Humbe	14
Lunda-Quioco	208	Outros	148

poderiam explicar o terceiro lugar que tinham, desde uma tendência para permanecerem nos seus lugares de origem, à preferência de emigrarem para o ex-Congo, actual Zaire (e sobretudo para a antiga Léopoldville, hoje designada Kinshasa) onde, durante longo tempo, encontraram melhores salários e condições de fortuna. Os outros grupos tinham apenas representações simbólicas, de escassos totais.

Em 1964, nos capítulos do livro *Luanda. Estudo de Geografia Urbana*, dedicados aos bairros da periferia, procurámos exemplificar os seus problemas mas por meio de amostragens construídas com base em elementos recolhidos dos ficheiros das esquadras suburbanas da Polícia de Segurança Pública, os únicos que existiam com algum pormenor e interesse, e noutros obtidos através de inquéritos e de levantamentos de campo. Na fig. 4 estão representados os totais de habitantes de cada *muceque*, por círculos de raios proporcionais aos respectivos valores numéricos, e nos Quadros IX e X os dados estatísticos correspondentes às origens de “donos de casa” e “chefes de família” residentes em oito *muceques*. Longe

de possuírem o carácter de informações definitivas, tiveram a virtude de, pela primeira vez, darem uma imagem mais rigorosa sobre a população do complexo universo dos *muceques* de Luanda. A escolha de oito, situados nos extremos sul e norte da cidade, resultou do facto de, por um lado, parecerem os mais interessantes de estudo, e, por outro lado, existirem abundantes elementos de pormenor. Ficou em evidência a importância numérica daqueles que nasceram fora de Luanda (64,8%). quer em regiões do interior, quer do exterior de Angola. Entre as primeiras, os distritos de Malanje, Cuanza Sul, Huambo e Cuanza Norte somavam mais de metade dos nascidos em terras angolanas, sem incluir, é claro, os

QUADRO IX

*População africana de "muceques" de Luanda, em 1964
(donos de casa e chefes de família)*

Distritos de origem da população	"Muceques" da zona sul						"Muceques" da zona norte				Total geral
	Coreia do Norte	Samba Pequena	Prenda	Catambor	Bananeira	Total	Sambizanga	Mota	Lixeira	Total	
Cabinda	—	2	8	—	—	10	7	9	2	18	28
Zaire	5	13	22	2	—	42	18	270	37	325	367
Uíge	—	—	35	4	6	45	19	42	3	64	109
Luanda	41	98	1 014	118	16	1 287	575	2 086	794	3 455	4 742
Cuanza Norte	1	19	323	31	17	391	107	399	21	527	918
Cuanza Sul	1	3	920	273	13	1 210	279	417	31	727	1 937
Malanje	—	309	638	141	6	1 094	230	856	122	1 208	2 302
Lunda	—	—	6	—	—	6	—	1	—	1	7
Benguela	—	2	16	1	1	20	9	25	2	36	56
Huambo	—	15	155	24	9	203	167	739	91	997	1 200
Bié	—	42	79	10	7	138	120	276	55	451	589
Moxico	—	—	4	1	—	5	—	5	—	5	10
Cuando-Cubango	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Moçamedes	—	—	5	—	—	5	1	8	1	10	15
Huíla	—	—	37	—	—	37	3	3	6	12	49
<i>Totais . . .</i>	48	503	3 262	605	75	4 493	1 535	5 136	1 165	7 836	12 329
Moçambique	—	—	3	—	—	3	—	—	—	—	3
S. Tomé	—	2	10	2	3	17	5	16	—	21	38
Cabo Verde	—	—	93	1	—	94	59	95	49	203	297
Guiné	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	1
<i>Totais . . .</i>	48	505	3 368	608	78	4 607	1 599	5 248	1 214	8 061	12 668

QUADRO X

*População metropolitana e brasileira de "muceques" de Luanda, em 1964.
(donos de casa e chefes de família)*

Distritos de origem da população	"Muceques" da zona sul						"Muceques" da zona norte				Total geral
	Coreia do Norte	Samba Pequena	Prenda	Cutambor	Bananeira	Total	Sambizanga	Mota	Lixeira	Total	
Aveiro	9	1	18	5	4	37	17	33	7	57	94
Beja	3	—	1	—	—	4	1	2	—	3	7
Braga	6	—	23	9	7	45	10	6	2	18	63
Bragança	16	1	8	4	9	38	5	14	2	21	59
Castelo Branco	5	—	3	3	1	12	3	5	—	8	20
Coimbra	4	—	5	5	3	17	—	6	1	7	24
Évora	—	—	—	1	1	2	1	—	—	1	3
Faro	1	—	2	—	—	3	6	1	—	7	10
Guarda	6	2	18	8	8	42	3	5	—	8	50
Leiria	9	2	13	3	—	27	8	8	4	20	47
Lisboa	7	1	20	4	4	36	5	5	1	11	47
Portalegre	1	1	—	—	—	2	—	—	—	—	2
Porto	20	3	37	6	6	72	21	13	5	39	111
Santarém	6	—	3	—	—	9	5	7	1	13	22
Setúbal	—	—	4	—	—	4	—	—	—	—	4
Viana do Castelo	—	—	11	2	1	14	1	2	—	3	17
Vila Real	8	1	11	2	3	25	23	23	6	52	77
Viseu	10	6	33	12	4	65	30	18	6	54	119
Ilhas											
Açores	—	—	—	—	1	1	—	—	—	—	1
Madeira	3	—	2	1	1	7	2	1	—	3	10
Totais . . .	114	18	212	65	53	462	141	149	35	325	787
Brasil	—	—	3	—	—	3	—	—	—	—	3
Totais . . .	114	18	215	65	53	465	141	149	35	325	790

45

luandenses. Das segundas, os distritos do Norte de Portugal (Viseu, Porto, Aveiro, Vila Real, Braga) contribuíram com os maiores contingentes de "donos de casa" e "chefes de família" nos oito *muceques* estudados.

Outro problema do maior interesse é também o do conhecimento dos motivos das migrações para a cidade, sobretudo aqueles provenientes do mundo rural, para cuja explicação se conjugam

numerosos factores de limitação ou de excitação dos fluxos: causas de ordem económica; distâncias a que ficam os pontos de partida, juntamente com modalidades e comodidades de circulação; encontros com aqueles que já experimentaram os atractivos da cidade, e os recordam mais facilmente que as dificuldades e as contrariedades.

É evidente que exigia mais audácia vir da Lunda ou do Cuan-do-Cubando para Luanda, até mesmo quando os ecos das maravilhas da cidade foram aí recebidos repentinamente, porque as distâncias a percorrer são demasiado grandes, porque a rede de estradas e caminhos era complicada e escassas as condições de segurança, porque existiam outros centros (aldeias maiores, vilas e cidades) capazes de constituírem pontos de paragem mais ou menos longa. É sempre difícil estabelecer relações rigorosas entre as distâncias até à cidade e as intensidades do êxodo rural. Por exemplo, seria de esperar que os distritos do Uíge e do Cuanza Norte, dotados de boas ligações com Luanda, quer por via férrea, quer por estrada, tivessem representações mais volumosas na amostragem de 1964, acima dos 918 e 109 indivíduos respectivamente. O Huambo (1200 indivíduos) e o Bié (589) superavam-nos, apesar de mais distantes:

Outros factores explicativos das migrações são os de ordem social, com apoio nos laços de parentesco: o tio que manda buscar o sobrinho; o jovem solteiro que preferiu noiva da sua terra; o homem acasalado que chegava em primeiro lugar, para experimentar a vida urbana, e depois transferia a família para a capital. E não esqueçamos a importância do conceito de "família extensa", predominante no mundo rural, transferida para a cidade e aí sujeita a ser modificada, até à destruição dos seus laços por influência do modo de vida urbano.

O desejo de elevação social, de instrução, de melhores proventos, foram outras tantas alavancas para esse êxodo. O habitante da cidade era visto pelos seus conterrâneos rurais como uma personagem importante; cada uma das suas visitas ficava marcada por um relato de maravilhas, muitas vezes propositadamente exageradas para impressionar os ouvintes, porque, no fundo, nem sempre a vida na grande cidade era fácil, nem tinham tido êxito os seus planos. De qualquer modo, era uma pessoa já diferente, mais vivi-

da, mais experimentada fora do círculo fechado da sua aldeia ou do seu povo, aquela que voltava e tecia histórias sobre a cidade maravilhosa.

Esta pode considerar-se também como um lugar de refúgio; foge-se do trabalho dos campos, da tutela da família, das autoridades administrativas, militares, ou do patrão, das catástrofes naturais, para os *muceques* urbanos, onde a entrada é franca e nem é difícil viver, ainda que mal, gozando as regalias de um parasitismo crónico. Não menos importantes eram as vindas sem motivos definidos, apenas pelo desejo da aventura, pela curiosidade de conhecer esse mundo diferente, o da cidade!

Mas seja qual for a causa, os resultados continuam idênticos — as migrações engrossam a população dos *muceques* com uma massa de desempregados, de gente sem qualquer qualificação profissional. aos quais se podem juntar alguns artífices e pequenos comerciantes, que vêm tornar ainda mais graves as condições já deficientes de emprego e de subsistência. Apesar das desilusões que geralmente possam sofrer no ambiente urbano, raros são aqueles que regressam aos seus lugares de origem: obstinam-se em ficar nos *muceques*, à espera de melhores dias. Ainda que nunca melhore a sua situação, acabam por ser seduzidos pela liberdade que lhes oferece o anonimato no vasto caleidoscópio dos *muceques*, pelos trabalhos de ocasião, pelas tabernas, pelas mil e uma diversões do complexo urbano.

Segundo os apuramentos provisórios do recenseamento demográfico de 1970, o último que foi feito em Angola, antes da sua independência, Luanda tinha 475 328 habitantes, distribuídos agora em quatro bairros administrativos, por revisão do anterior sistema (fig. 5 e Quadro XI). No 1.º bairro, com 7 freguesias (N.ª S.ª do Cabo, Praia do Bispo, N.ª S.ª da Conceição, N.ª S.ª dos Remédios, N.ª S.ª do Carmo, N.ª S.ª da Nazaré e Cruzeiro), habitava apenas 7% da população urbana, predominando os brancos sobre os outros grupos. No 2.º, com 6 freguesias (N.ª S.ª de Fátima, Sagrada Família, Prenda, Santa Ana, Rangel e Terra Nova), ficavam alguns *muceques* de populações volumosas, como Rangel, Cemitério Novo, Prenda e outros, e o maior número de indivíduos: 179 787, de que cerca de 78% eram pretos. O 3.º bairro, com uma única freguesia (Maianga), mesmo assim detinha o segundo lugar pelo peso da população (150 195 habitantes), com um núme-

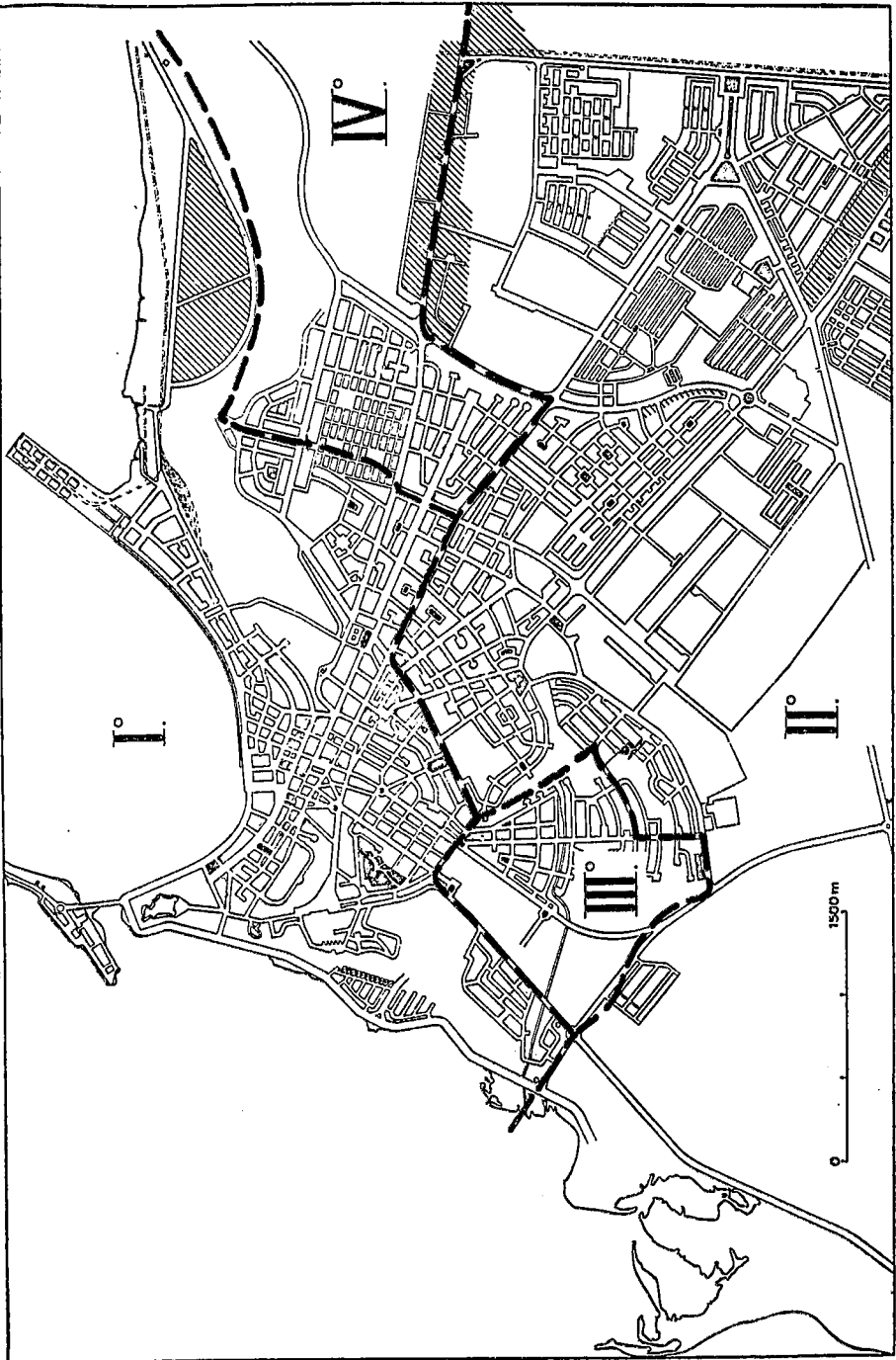


Fig. 5 — Divisão administrativa em 1970: os quatro bairros.

QUADRO XI

Distribuição da população de Luanda em 1970, pelos seus quatro bairros

Bairros	Branços	Mestiços	Pretos	Outros	Totais
1.º Bairro	24 958	2 879	8 630	31	36 228
2.º "	25 590	14 424	139 651	122	179 787
3.º "	45 997	9 649	94 478	71	150 195
4.º "	27 855	10 583	70 657	23	109 118
<i>Totais . . .</i>	124 400	37 535	313 146	247	475 328
<i>%</i>	26,15	7,9	69,5	0,05	100

ro de brancos superior ao de qualquer dos outros bairros e a segunda posição relativamente ao grupo dos pretos. O 4.º bairro, dotado de 2 freguesias (S. Paulo e Cazenga), tinha cerca de 23% da população da cidade, a segunda posição na distribuição dos brancos e mestiços, e a terceira em número de pretos.

Graças ao livro de R. LADEIRO MONTEIRO, anteriormente citado, podemos contar com informações mais minuciosas sobre a população dos *muçeqes*, quanto às suas existências em 1970, à constituição e funções da família (da família extensa à família restrita, a família perante o matrimónio, funções sociais), à vida material (recursos financeiros e suas origens, aspectos relativos à habitação, à alimentação, ao vestuário e à utilização de transportes) e a outros assuntos socioculturais da família (instrução, ocupação dos tempos livres, formas de organização social, religião). Do texto, de invulgar valor para quem se debruce sobre a fenomenologia urbana luandense, retiramos apenas algumas notas para aqui serem incluídas.

Feitos determinados ajustamentos, com exclusão de áreas menos representativas, ou que pudessem falsear a análise, aquele autor calculou uma superfície total de 794 ha de *muçeqes*, suportando uma população de 160 985 indivíduos (Quadro XII), isto é, perto de 34% do valor global do apuramento provisório do recenseamento de 1970 (Quadro XI). Rangel, Mota, Prenda, Cazenga, Lixeira e Marçal distanciavam-se dos outros, pois tinham populações compreendidas entre 35 621 (o primeiro) e 14 390 (o último) indivíduos. Contudo, pelas densidades médias (quarta coluna do Quadro XII), o primeiro lugar cabia ao Sambizanga (541,8 hab./ha) segui-

QUADRO XII

A população dos Muceques de Luanda em 1970 e suas densidades médias

Muceques	Fogos		Habitantes	Densidades médias aprox. (hab./ha)
	Valor absoluto	%		
Sambizanga	1 379	4,7	7 586	541,8
Mota	4 130	14,1	22 716	463,5
Lixeira	3 012	10,3	16 567	453,0
Marçal	2 616	8,9	14 390	435,9
Zangado	658	2,2	3 624	419,0
Rangel	6 477	22,1	35 621	357,5
Caputo	260	0,8	1 430	354,2
A. Moreira	537	1,8	2 685	300,0
Cazenga	3 028	10,5	16 950	299,7
Cemitério Novo	1 586	5,4	8 725	290,8
Calemba	1 255	4,2	6 902	213,7
Golfe	168	0,6	926	177,2
Prenda	3 835	13,1	21 092	63,4
Catambor	275	0,9	1 771	10,0
<i>Total . . .</i>	29 270	100,0	160 985	202,7 (ou 20 270 hab./km ²)

do dos seus vizinhos Mota e Lixeira (fig. 4); o Rangel tinha uma posição mais baixa (357,5 hab./ha). Os três primeiros, situados à beira da estrada que liga Luanda (pelo Cacucaco) ao Norte interior, mais próximos do litoral, das faixas de estabelecimentos industriais da Boa Vista e dos arredores, sempre foram áreas de grandes densidades populacionais, com limites por vezes difíceis de estabelecer. Era o "sítio da confusão do Sambizanga com Lixeira. As pessoas que estão a morar lá dizem é o Sambizanga; a polícia que anda a patrulhar lá, quer já é Lixeira mesmo" (LUANDINO VIEIRA, *Luanda*, Lisboa, 1972 p. 63).

A partir dos dados sobre a proveniência dos locatários (inquilinos, donos de casa, ou chefes de agregado familiar) e as suas residências nos *muceques*, R. LADEIRO MONTEIRO elaborou um quadro com o resumo dos valores estatísticos (Quadro XIII), que pouco se afastam dos da nossa amostragem de 1964 (Quadros XI e X). Malanje (5058 indivíduos), Cuanza Sul (2635), Cuanza Norte (2100) e Huambo (2010) estão muito distantes dos outros distritos angolanos, como já encontráramos, relativamente ao número de "donos de casa" e "chefes de família" residentes nos *muceques*

QUADRO XIII MUCQUES DE LUANDA

Distribuição da população segundo a sua naturalidade

Proveniência (Distritos, Metrópole e Ultramar)	Designação dos Musseques																								Soma							
	Sambizanga		Mota		Lixetra		Marçal		Zangado		Rangel		Caputo		Cazanga		A. Moreira		Cem. Novo		Catimba		Golfe		Prenda		Cttmbor		Soma			
	f	%	f	%	f	%	f	%	f	%	f	%	f	%	f	%	f	%	f	%	f	%	f	%	f	%	f	%	f	%	f	%
Benguela	7	0,5	22	0,5	5	0,1	34	1,2	4	0,6	25	0,3	—	—	—	—	18	0,5	4	0,7	11	0,6	15	1,1	1	0,5	1	0,1	2	0,7	149	0,5
Bie	327	23,7	393	9,5	242	8,0	127	4,8	—	—	39	0,6	9	3,4	38	1,2	5	0,9	115	7,2	7,2	—	—	—	—	—	94	2,4	4	1,4	1 393	4,7
Cabinda	2	0,1	6	0,1	4	0,1	8	0,3	1	0,1	8	0,1	2	0,7	—	—	3	0,5	—	—	—	—	5	0,3	—	—	—	—	1	0,3	40	0,1
C. Cubango	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	0,3	—	—	—	—	—	—	4	0,7	—	—	—	—	—	—	2	0,7	8	0,02		
C. Sul	212	15,3	238	5,7	99	3,2	184	7,0	37	5,0	501	7,7	93	35,7	151	4,8	65	12,1	41	2,5	21	1,6	—	—	—	—	393	10,2	32	11,6	2 100	7,1
Cunene	—	—	—	—	3	0,1	3	0,1	—	—	—	—	—	—	1	0,1	2	0,3	2	0,1	—	—	—	—	—	—	983	25,6	72	26,1	2 635	9,0
Huambo	197	14,2	553	13,3	422	14,0	230	8,7	32	4,0	170	2,6	—	—	65	2,1	3	0,5	83	5,2	18	1,4	—	—	233	6,0	4	1,4	2 010	6,8		
Huíla	3	0,2	19	0,4	7	0,2	30	1,1	1	0,1	17	0,2	2	0,7	21	0,6	3	0,5	9	0,5	14	1,1	3	1,7	3	0,1	1	0,3	133	0,4		
Luanda	355	25,7	1 225	29,6	1 014	33,6	984	37,6	319	48,4	4 207	64,9	123	47,3	1 866	60,5	233	43,3	1 129	71,1	299	23,8	145	86,3	19	6,9	12 781	43,6				
Lunda	1	0,1	8	0,1	—	—	8	0,3	—	—	3	0,1	—	—	2	0,1	—	—	7	0,4	—	—	—	—	—	—	—	—	2	0,7	31	0,1
Malanje	182	13,1	911	22,0	512	16,9	322	12,3	48	7,2	448	6,9	10	3,8	488	15,8	107	19,9	133	8,3	821	65,4	8	4,7	963	22,5	105	38,1	5 058	17,2		
Mocimedes	2	0,1	3	0,1	3	0,1	14	0,5	1	0,1	5	0,1	—	—	—	—	2	0,3	1	0,1	—	—	—	—	—	—	—	—	32	0,1		
Moxico	1	0,1	3	0,1	3	0,1	1	0,1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	0,1	—	—	—	—	—	—	—	—	18	0,06		
Uíge	—	—	—	—	—	—	—	—	14	2,1	92	1,4	—	—	—	—	—	—	4	0,7	—	—	6	0,4	1	0,5	—	—	15	5,4	135	0,4
Zaire	—	—	181	4,3	185	6,1	—	—	45	6,8	119	1,8	—	—	—	—	19	3,5	—	—	—	—	10	0,7	—	—	—	—	7	0,5	556	1,8
Metrop. Ilhas	57	4,1	165	3,9	130	4,3	175	6,6	30	4,5	184	2,8	8	3,0	105	3,4	14	2,6	43	2,7	32	2,5	7	4,1	125	3,2	11	4,0	1 086	3,7		
Cabo Verde	24	1,7	149	3,6	315	10,4	49	1,8	26	3,9	61	0,9	1	0,3	105	3,4	11	2,0	9	0,5	6	0,4	1	0,5	160	4,1	4	1,4	921	3,1		
S. Tomé	9	0,6	30	0,7	13	0,4	48	1,8	8	1,2	16	0,2	1	0,3	8	0,2	4	0,7	1	0,1	—	—	1	0,1	1	0,5	15	0,3	—	—	155	0,5
Outras Provincias	—	—	—	—	—	—	9	0,3	1	0,1	2	0,1	—	—	1	0,1	2	0,3	—	—	—	—	—	—	—	—	2	0,1	1	0,3	18	0,06
Totais (b)	1 379	100	4 130	100	3 012	100	2 616	100	658	100	6 477	100	260	100	3 082	100	537	100	1 586	100	1 255	100	168	100	3 835	100	275	100	29 270	100		

Fonte: Ficheiro da Polícia de Segurança Pública (P.S.P.)

a) f: frequência; b) Indica-se a percentagem 100 por arredondamento

de Luanda, nascidos fora da cidade. A presença de gente do Bié (1393) explica-a o autor do seguinte modo: a maior parte era oriunda da zona norte do distrito, a mais rica e populosa, ligada à capital por carreiras regulares de camionagem, o que activava a tendência migratória das suas populações; existia uma nitida preferência por gente dessas áreas, manifestada por certos sectores de actividade económica da capital; algumas missões religiosas enviavam para Luanda os seus estagiários (dirigentes e catequistas), que ali estabeleciam relações de amizade e acabavam por constituir pontos de referência para outros migrantes.

Também é interessante notar aspectos particulares da distribuição nos *muceques*: Malanje e Huíla (!) tinham representantes em todos eles; a seguir vinham Benguela (apenas não tinha no Caputo) e Cuanza Norte (sem representação no Golfe); o Cuanza Sul (ninguém no Sambizanga e no Golfe), o Huambo (igualmente, no Caputo e no Golfe): etc. Como seria de esperar, o Cuando-Cubango (gente no Rangel, A. Moreira e Catambor, apenas num total de 8 indivíduos), o Cúnene (Lixeira, Marçal, Cazenga, A. Moreira, Cemitério Novo — 11 pessoas ao todo), demasiado longe, no sul e sueste de Angola, eram os menos representados.

Quanto aos de origens de fora de Angola (2180 indivíduos), a maioria era de Portugal e Ilhas Adjacentes (1086 pessoas), seguindo-se Cabo Verde (921), S. Tomé (155) e outras proveniências (18). A distribuição dos dois primeiros abrange todos os *muceques*, do penúltimo não existia em Catambor, e do último era mais irregular. Rangel (184), Marçal (175), Mota (165), Lixeira (130) e Prenda (125) albergavam um pouco mais de 70% dos indivíduos oriundos de Portugal, Madeira e Açores.

III

Sem avançarmos por ora com outros pormenores, julgamos que estes já são suficientes como referência de aspectos interessantes do conhecimento dos *muceques*. No conjunto dos problemas urbanos eles representam, sem dúvida, o de maior gravidade e o de resolução praticamente impossível. Periferias urbanas de miséria económica e social existem por toda a parte onde são relevantes os contrastes económicos de agrupamentos sociais. Em algumas cidades juntaram-se-lhes os prejuízos de diferenças raciais. São o resul-

tado do crescimento brusco de actividades económicas, sobretudo de carácter urbano, ligado ao aumento incontrolado da população, particularmente por via duma imigração intensiva, tendo por consequência fundamental o desequilíbrio entre os salários e o custo de vida. Engrossa-se assim, uma população marginalizada que, por força da sua fraqueza de rendimentos, constrói na periferia urbana as suas habitações pobres, de todos os materiais a que consegue deitar a mão, isentas do mínimo de condições sanitárias e de comodidades, dispersas caoticamente no terreno e formando aglomerados relativamente densos.

Os *muceques* de Luanda, como dissemos anteriormente, quase nasceram com a fundação da cidade. São parte integrante da sua história e desenvolvimento. São um fenómeno irreversível; crescem e ganham novas expressões. Neles habitam sobretudo os imigrantes do mundo rural, com permanência relativamente fraca. R. LADEIRO MONTEIRO, por inquérito a 485 chefes de família não nascidos em Luanda, pode concluir que 25,7% já haviam transitado por outras cidades ou vilas, onde se demoraram mais de quatro anos, antes de estabelecidos na capital. Em regra geral acabam por constituir uma associação casual de grupos heterogéneos, em diversos estados de aculturação urbana. Dos contactos entre esses grupos resultam aspectos que são peculiares aos *muceques*: sincretismo religioso, pela coexistência de cultos europeus e africanos; formas de poligamia e de relações particulares; passagem da família extensa, do tipo rural, tomada como unidade de produção, à família restrita constituindo sobretudo uma unidade de consumo; e outras ambivalências de atitudes que contribuem para a marginalização social e económica dessas áreas. Têm sido repetidos os sinais gravesos, como a prostituição, a delinquência juvenil, a vadiagem dos homens, a multiplicação de filhos de "pai incógnito", etc., situações que, infelizmente, se generalizam de modo impressionante. Pobreza, subalimentação, sobrepopoamento, degradação, têm sido os aspectos mais gerais, em profundo contraste com o resto da cidade, aquela urbanizada onde vive uma sociedade estruturada em padrões económicos e sociais muito mais elevados, onde não falta mesmo uma elite detentora do poder político e riqueza financeira.

Ao longo da história de Luanda os seus *muceques* têm sido também as áreas mais flageladas. Incêndios e epidemias em tempos antigos, reduziam muitas dessas áreas, destruindo cubatas e vidas.

Sob chuvadas violentas desaparecem muitas dessas construções inconsistentes. "E quando saiu o grande trovão em cima do musseque, tremendo as fracas paredes de pau-a-pique e despedaçando madeiras, papelões, luandos, toda a gente fechou os olhos, assustada com o brilho azul do raio que nasceu no céu...". "O musseque, nessa hora parecia era uma sanzala no meio da lagoa, as ruas de chuva, as cubatas invadidas por essa água vermelha e suja correndo caminho do alcatrão que leva na Baixa ou ficando, teimosa, em cacimbas de nascer mosquitos e barulhos de rãs" (LUANDINO VIEIRA, *Luanda*, Lisboa, 1972, pp. 14 e 15).

Em Fevereiro e Março de 1961, os *muceques* foram teatro de massacres de consequências trágicas. Em 1975, ano da independência de Angola, em vésperas do 400.º aniversário da existência da cidade e capital, novos martírios foram impostos às populações dos *muceques* de Luanda. Dos *muceques*, os conflitos passaram para o resto da cidade e daí para o país. Em consequência disso as populações deslocavam-se procurando refúgios. Luanda voltou a ter o aspecto de um vasto "acampamento": gente em trânsito, procurando sair para onde houvesse maior segurança, amontoava-se no aeroporto e no porto, em pontos da cidade mais bem defendidos de qualquer ameaça; por toda a parte o espectáculo de bagagens preparadas para serem embarcadas, sem mesmo se saber quando. Felizmente a calma voltou e a cidade dinâmica, centro político, cultural e financeiro, capital de um novo País, retomaria o seu papel de pólo de atracção sem rival. Todavia, multiplicam-se-lhe os problemas, de que os *muceques* representam porventura o mais grave. A expansão urbana pressupõe, em quaisquer condições, dificuldades cada vez maiores para o seu controlo e planeamento.

Recolhemos testemunhos disso em números da revista angolana *Novembro*, publicada em Luanda, dos quais, entre outros, escolhemos os de Setembro de 1982 e Maio de 1983. No primeiro, em interessante artigo intitulado "Luanda, da autoconstrução ao urbanismo por inventar", de AMÁVEL FERNANDES (n.º 58, pp. 26-31), dá-se conta de como se tem agravado, ainda mais, o problema dos *muceques*, visto sobretudo pelo lado da habitação. Segundo ele, "No período de transição para a independência, com a fuga de cerca de 300 mil pessoas (na sua maioria portugueses) para o estrangeiro, inicia-se o grande movimento de migração interurbana que vai mudar a fisionomia da cidade. Primeiro, a gente suburba-

na, numa espécie de obediência fatal às leis da gravidade, ocupa os 'espaços vazios' em sucessivas ondas de choque; depois, lenta e tenazmente, uma importante corrente silenciosa, proveniente do norte do País, a sua maioria proveniente do estrangeiro (o Zaire), derrama-se sobre a capital, mudando a sua corografia cultural: finalmente a emigração ambulatória, dispersa do sul e sudeste, traça os seus contornos definitivos, expande-os, construindo novos bairros em locais até há bem pouco tempo baldios, com a agravante das novas construções que todos os dias crescem na periferia como cogumelos, utilizarem materiais definitivos, sem mínima ordenação urbanística. Até agora todos os organismos afins criados ou semi-herdados após a independência, apesar de todas as tentativas de reajustamento, têm-se mostrado duma incompetência a toda a prova''. Apesar de legislação para a regulamentação da construção, das boas intenções favoráveis ao sistema de autoconstrução planeável, de elaborados planos urbanísticos, a nota dominante é a da degradação. Nela se incluem os malefícios da desregrada especulação praticada por uns tantos, que chegam a cobrar "mais de um milhão de kwanzas por uma casa modesta de dois quartos, em terreno baldio sem perspectivas urbanas, a maior parte das vezes"!

Faltam os meios de acção, os mecanismos adequados de financiamento, de coordenação entre os programas habitacionais e de estabelecimento de locais de trabalho. Cada vez se conhece menos a periferia urbana, dos caleidoscópios complicados, de facetas poli-facetadas que são os *muceques*. Retomando a palavra do autor do artigo, transcrevemos outro passo. "No tempo colonial o urbanismo nunca foi equacionado de maneira apropriada. Tirando algumas tentativas 'bem intencionadas' duma certa tecnocracia camarária, a resolução da urbanidade era inteiramente ignorada porque ela se contrapunha ideologicamente ao sistema de dominação. Lógico! Nem poderia ser de outra maneira. se se acrescentar a pobreza de vistas da economia capitalista portuguesa, pululante, de empresário medíocre sem rasgos de audácia e cabedal, com os seus técnicos puxados à Europa, onde o urbanismo na esteira arquitectónica de Corbusier e Gropius fazia parte da informação geral dos cidadãos e dos órgãos de poder local. Hoje, reestruturadas que foram as autarquias, torna-se necessário preencher os órgãos competentes com técnicos capazes, num regime interdisciplinar, que possa harmonizar o parecer do sociólogo e do arquitecto, do médico sanitário e

do engenheiro de obras, numa síntese feliz que possa efectivamente beneficiar a população. Não podemos por mais tempo divorciar o poder político do parecer técnico, sem arriscarmos a comprometer o futuro da cidade e o seu desenvolvimento”.

O segundo testemunho é dado em artigo de CARLOS MACHADO (pp. 24-27, do número 66, de Maio de 1983) acerca dos progressos das actividades preparatórias do Censo Piloto da província de Luanda. A par de referências gerais sobre o valor dos resultados já obtidos, das dificuldades do levantamento censitário, da importância do conhecimento da população que habita a província de Luanda, nomeadamente a sua cidade, capital do país, aparecem alguns números que, em comparação com os de 1970, reflectem o surto explosivo da população. O Gabinete Central do Censo publicou já duas tabelas, uma de dados gerais e outra de dados médios, do inventário dos agregados familiares do Rangel: 130 087 habitantes, dos quais 129 175 fazendo parte de 21 537 agregados familiares e os restantes 914 como membros de convivência. Se a área deste Rangel for a mesma do *muceque* Rangel de 1970, aquele número representa um aumento de cerca de 3.7 vezes da população estimada há uma dúzia de anos!

Seriam do maior interesse as comparações bem fundamentadas, tanto mais que se garante que os levantamentos actuais estão a ser feitos com base “em princípios de investigação internacionalmente aceites, capazes de controlo sistemático, de correcção e avaliação das margens de erro”; e os dados do “inventário dos agregados familiares estarem a ser cartografados, permitindo conhecer até ao nível de quarteirão (urbano e suburbano) ou das áreas rurais, o seu número bem como o total da população aí residente”.

Terminamos o artigo reutilizando, como termos de comparação, algumas frases do nosso livro *Luanda, Estudo de Geografia Urbana*, Lisboa, 1968. “Em 1962, uma estimativa da população alojada nos *muceques*, em condições precárias de higiene e em promiscuidade, representava-a por um número da ordem das 180 000 almas, constituídas por 36 000 famílias”, e previa um aumento de cerca de 1000 famílias por ano. Avaliando em 20 mil escudos o custo da construção de uma moradia de tipo popular, seriam necessárias 720 milhões de escudos para alojar essa massa de gente e prever ainda a construção de cerca de 1000 moradias por ano. São números excessivamente elevados para as capacidades financeiras da cidade,

e mesmo da Província, onde existem outros centros urbanos em expansão e problemas exigindo soluções mais urgentes: além disso, é preciso não esquecer que estão sujeitos a serem rapidamente ultrapassados pelas condições incontroladas da imigração'' (pp. 117-118). ''Ao ritmo actual de construção de moradias, incapaz de cobrir as necessidades mais urgentes de eliminação de alguns *muceques*, juntam-se, como já ficou dito, as dificuldades financeiras e a falta de investigações rigorosas sobre as condições de evolução desse ambiente'' ...Referidas algumas somas, relativamente elevadas, gastas por vários organismos, continua o texto do seguinte modo: ''O emprego de tais somas, ainda que muito aquém das necessidades, exige, antes de tudo, estudos adequados e modernos, ao nível de equipas pluridisciplinares, porque a realidade da periferia urbana é extraordinariamente complexa, os seus problemas têm naturezas muito diferentes, económicos, sociais, técnicos, jurídicos, financeiros, e reagem constantemente uns sobre os outros'' (p. 121). Ressalvados os momentos históricos e os números, os problemas de base mantêm-se muito idênticos entre si.

RÉSUMÉ

Luanda et ses bidonvilles. Problèmes de géographie urbaine. L'auteur reprend un thème déjà traité dans d'autres de ces travaux antérieurs, mais en y apportant de nouveaux éléments, surtout une analyse comparée des données statistiques de 1970 (qui restent encore les plus récentes) avec les antérieures. Luanda, qui, en 1970, comptait une population de 475 328 habitants, représentait un exemple complexe et particulier de l'expansion des villes coloniales. De l'ensemble des problèmes urbains, les bidonvilles (*muceques*) représentent toujours celui de plus grande gravité et de résolution presque impossible. Ils sont nés avec la ville, ils sont indissociables de son histoire et de son développement. Si jusque vers 1974, ils avaient été marqués par certains aspects sociaux et économiques, les événements politiques postérieurs, parmi lesquels l'indépendance de l'Angola, ont sans aucun doute marqué leur empreinte sur les bidonvilles de Luanda. Cependant, se sont peu modifiées les situations de misère et de transition sociale, tout comme celles de déséquilibres économiques et sociaux. Bien au contraire, elles se sont aggravées par l'afflux continu de population vers ces quartiers, résultat de l'accroissement de l'immigration des régions intérieures du pays. Luanda, en tant que capitale et principal centre d'activités économiques, politiques et culturelles, continuera à attirer la population, bien qu'elle ne puisse offrir à la majorité d'entre elle, ni travail ni habitation décente. On ne peut que souhaiter que ce texte puisse être utile à tout ceux qui doivent se pencher sur le problème des *muceques* en particulier et sur la ville en général.

SUMMARY

Luanda and the "muceques". Problems of urban geography. The author returns to a subject already dealt in previous studies, using now elements, specially 1970 statistical information (the most recent data), compared to the previous ones.

Luanda, which had in 1970 a population of 475 328, represented a complex and unique example of the expansion of colonial cities. Among the urban problems, the "muceques" have always been the most serious and the one with almost impossible solution. The "muceques" arose together with the city and have been a major component of its development and history. Until 1974 they were characterized by certain social and economic aspects, but the political events that took place afterwards, namely the independence of Angola, had some reflection that took place afterwards, namely the independence of Angola, had some reflection in the "muceques" of Luanda. However, poverty and social transformation problems and social-economic inequalities did not change much. On the contrary, these problems became more serious by the constant growing of population, specially as a result of the increasing immigration from inner regions. Luanda as a capital and the most important center of economic, political and cultural activities will keep attracting people, even though there aren't adequate residential areas nor work.

This text will eventually be useful for those who are studying the "muceques" in particular and the city in general.



Est. 1 — Imagem aérea dos "muçiques" de Luanda.



Est. II-A — Aspectos de "muceques" de Luanda.



Est. II-B — Pormenor da distribuição das casas num "muceque" de Luanda.